



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

O VALE DO PARAÍBA PAULISTA: TERRITÓRIO, ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E (RE)EXISTÊNCIAS

Joana Aparecida Claro Souza, mestranda no Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo – USP, e-mai: joanaclaro@usp.br.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a formação socioterritorial do Vale do Paraíba Paulista a partir de um olhar crítico, destacando a permanência e a (re)criação de formas camponesas de resistência em Lagoinha e Tremembé, municípios estudados em meu mestrado. Para isso, mobilizam-se três conceitos centrais: território, acumulação capitalista e (re)existência camponesa, articulados aos debates da geografia crítica e das Ciências Humanas.

A análise busca compreender a dinâmica agrária regional e as múltiplas forças que disputam o território, especialmente aquelas vinculadas à luta pela terra e pelo direito de permanecer nela. O território é entendido como construção histórica marcada por relações de poder, resultantes de conflitos que atravessam a região desde o período colonial.

O texto organiza-se em três subcapítulos interconectados. O primeiro, “Do conceito à práxis: o Vale do Paraíba Paulista como território em disputa”, apresenta os fundamentos teóricos que orientam a leitura do território como categoria-chave para compreender as disputas agrárias regionais. O segundo, “Acumulação capitalista na região: latifúndio *versus* campesinato”, analisa a territorialização do capital no Vale do Paraíba, marcada pela monocultura, pelo uso de mão-de-obra escravizada e pela expropriação de populações indígenas e camponesas, bem como pelas resistências que tensionaram esse processo. O terceiro, “A recriação do campesinato e suas (re)existências no Vale do Paraíba Paulista”, aprofunda a análise das práticas e estratégias que sustentam a continuidade e a reinvenção do campesinato na região.

A partir da articulação entre território e acumulação capitalista, argumenta-se que as disputas pelo controle e uso da terra expressam a tensão permanente entre lógicas de exploração e formas de (re)existência camponesa. Neste sentido, considera-se que os campesinatos aqui estudados não apenas resistem, mas recriam modos de vida, o que sustenta a escolha desse conceito. Nesse sentido, o trabalho evidencia diferentes expressões do campesinato no Vale do Paraíba, como o campesinato “tradicional”, o “assentado” e os possíveis “novos camponeses”.



Por fim, a análise revela desafios e contradições que atravessam esses campesinatos, vinculando-os às desigualdades estruturais e à persistente lógica de acumulação primitiva, ainda visível na (re)concentração fundiária, na subordinação do trabalho e na precarização das condições de vida no campo.

METODOLOGIA

Este trabalho é fruto de um artigo produzido para uma disciplina durante o mestrado e as vivências neste território vale-paraibano. Desse modo, envolve levantamento, revisão e análise bibliográfica, coleta e sistematização de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do conceito à práxis: o Vale do Paraíba Paulista como território em disputa

O conceito “território” tradicionalmente carrega essa característica ambígua e oposta, seja de um sentimento de apropriação, pertencimento, identificação, ou, em contraposição, do sentimento de rejeição, opressão, exclusão e/ou perseguição. A escolha do uso desse conceito como categoria de análise nesta pesquisa, decorre do fato de que o processo de formação do território paulista vale paraibano carrega em si essa dualidade, portanto, foi e permanece marcado por uma estrutura de poder político-institucional que privilegia alguns poucos, enquanto exclui e marginaliza outros tantos.

Revisitando as origens do debate acadêmico sobre o conceito, Friedrich Ratzel (1844-1904), em síntese, ao justificar o imperialismo europeu, centralizou na figura do Estado todo o poder político, administrativo e institucional, sendo este o único capaz de regular e controlar o território. Tratou-se, segundo Raffestin (1993), de uma narrativa “metonímica”, na qual constituiu, através dos signos, uma ideologia que veiculou o Estado como “todo-poderoso”, como se outras manifestações de poder não fossem possíveis ou estivessem completamente desarticuladas frente à soberania estatal, invisibilizando a disputa por outros sujeitos e limitando as múltiplas formas de poder.

Todavia, foi Jean Gottmann (2012) o geógrafo que de fato transcendeu as análises clássicas sobre o conceito de “território” ao evidenciar seu caráter essencialmente político, compreendendo que o território é a base física onde o poder político se organiza e atua, funcionando como a ligação fundamental entre o espaço e a política. Assim, como a distribuição do poder muda historicamente, o território também expressa as relações entre política e temporalidade (p. 523).



Unindo tanto a questão política quanto a geográfica, para Gottmann (2012) o território não é apenas o espaço em que as decisões políticas são aplicadas e onde o poder estatal se manifesta. O território é a base material para a existência e o funcionamento de um sistema político, como “arena” é nesse espaço que as relações de poder se desenvolvem, onde as disputas, as negociações e as decisões políticas acontecem e se materializam. Desse modo, não é um espaço vazio, mas um espaço ativamente moldado e contestado por sujeitos políticos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Gottmann (2012, p. 542), contrariando a lógica Ratzeliana de que somente o Estado seria o detentor do poder absoluto, compreende que no processo evolutivo do conceito, novos sujeitos ganharam relevância e, portanto, contribuiu para as análises de que não só o povo como corpo político ganha uma evidência maior, como também este pode ser considerado um legislador desse território, conseqüentemente, compondo novas frentes que disputam o poder no e sobre o território.

Endossando essa colocação de antítese à perspectiva clássica, Claude Raffestin em seu livro “Por uma Geografia do Poder” (1993) tece críticas às concepções que se desenvolveram nesses períodos de instrumentalização da geografia às ações do Estado. Dessa forma, calcado em Foucault, acredita que toda relação social permeia uma relação de poder, mas se distancia deste autor ao enfatizar que há uma espacialidade inerente a essas relações. Em outras palavras, para Raffestin (1993) é o espaço que evidencia os poderes em disputa. Neste sentido, é no território que os diferentes poderes se manifestam, dele emerge toda e qualquer relação social, o que lhe confere um caráter multidimensional e extremamente complexo. Isso porque o território opera sob múltiplas facetas, seguindo uma lógica de intencionalidades e oposições, nas palavras do autor “[...] a intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações poder.” (Raffestin, 1993, p. 55). Em suma, enquanto a intencionalidade dos sujeitos molda as ações e a organização do espaço, por sua vez, a resistência evidencia as desigualdades e os conflitos inerentes a essas relações de poder.

O território, portanto, é a “territorialização” do espaço, é o resultado das ações dos diversos sujeitos que, ao comunicarem suas intenções e a realidade material, se apropriam concreta ou abstratamente do espaço, dando a ele contorno e significados, identidades e simbolismos (Raffestin, 1993, p. 143). O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja de energia e/ou de informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. No território se há a consolidação de poderes hegemônicos, como o desses agentes (Estado e capitalistas), haverá sempre contradições, resistências e, por conseguinte, os conflitos. Ao evidenciar essa questão,



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

pode-se afirmar que o Vale do Paraíba Paulista foi e permanece sendo um território disputado, haja visto que a formação social e territorial da região é obscena, marcada pela perversa e violenta apropriação de terras, acumulação e desenvolvimento capitalista.

O processo de disputa incisiva inicia quando os Bandeirantes passaram a adentrar os “sertões” do Brasil em busca de riquezas e populações indígenas para o trabalho forçado nas fazendas (Ribeiro, 2015, p. 98 – 106; Schwarcz, Starling, 2015, 107 – 128). Ainda que não tivessem encontrado no Vale do Paraíba o tão almejado metal precioso, a região se tornou um importante entreposto durante o ciclo do ouro mineiro com o “Novo Caminho” traçado pela Serra da Mantiqueira, que apesar de penoso, dado as condições biogeográficas, se consolidou como uma das principais rotas desse minério no Brasil.

Esse território, antes ocupado por povos indígenas, com a chegada dos Bandeirantes, se tornou palco de intensos conflitos, que envolveram sentimentos pertencimento e identificação por parte dos indígenas que resistiam à colonização, à captura, à imposição religiosa e sua consequente exploração, em contraposição aos interesses mercantis dos colonizadores.

A Bacia do Rio Paraíba era o lar de diversos povos indígenas, que se deslocavam por toda a sua extensão, contudo, a ótica eurocêntrica os desumanizou, rotulando-os pejorativamente como "antropofágicos e selvagens" (Ribeiro, 2015, p. 98-106). Essa visão distorcida serviu de base para justificar a subsequente dominação. Não é mera coincidência que Taubaté e Tremembé, por exemplo, preservem nomes de origem tupi, prova da densa ocupação indígena que ali existia. No entanto, a chegada dos bandeirantes marcou um período de intensa dominação e povoamento nessas e em outras áreas do Vale do Paraíba, tanto em sua porção paulista quanto fluminense. Figuras como o capitão-mor Jacques Félix, homenageado com uma estátua imponente em Taubaté, e Manuel da Costa Cabral, em Tremembé, simbolizam esse processo.

À vista disso, resgatar esse processo histórico inicial, auxilia na compreensão que as relações de poder e o domínio sobre os povos foram centrais na formação do Vale do Paraíba em todo o processo de uso e ocupação do solo. Isso significa que, desde os primórdios, a forma como a terra foi apropriada, usada, distribuída e controlada, foi determinada pelos poderes coloniais, o que moldou hierarquias e conflitos, levando à condenação dos modos de vida indígenas pré-coloniais e à limitação de sua atuação no campo sociopolítico. A dominação e o controle territorial por parte desses sujeitos foram determinantes para a cristalização das desigualdades socioterritoriais que vemos até os dias atuais na região. Portanto, elas não são mero acaso, destino ou resultados naturais, mas sim heranças diretas de um passado construído e alicerçado no poder colonial, mercantil e patriarcal.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Essas formas de vidas anteriores à colonização compõem o que Rosa Luxemburgo determina como “economia natural” (1970, p. 317 - 320), que é regida sob uma lógica social comunitária e autossuficiente da terra, abarcando uma perspectiva em que o território está mais para um espaço de identificação e de pertencimento, visão que se distancia da economia capitalista que objetifica, domina, acumula e drena toda a potencialidade da natureza, como se esta fosse sinônimo de “recurso”, um bem a ser privado.

Esse processo marcado pelo reconhecimento, apropriação e exploração do território por parte dos colonizadores portugueses foi exacerbado pelas elites agrárias que se desenvolveram no Brasil, esse processo marcou a “acumulação primitiva do capital” na região, pois,

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. [...]. (Marx, p. 963)

Portanto, faz-se, relevante evidenciar, que essa conformação das relações de poder no território está intimamente ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista, pois, no âmbito deste sistema, o território gradualmente se converteu em sinônimo de propriedade privada e, por conseguinte, a acumulação do capital e a expansão do capitalismo, impulsionadas pela expropriação de terras, foram frequentemente amparadas por políticas estatais que beneficiaram uma pequena elite.

Isto posto, Rosa Luxemburgo (1970) ao analisar o processo inicial da acumulação primitiva do capital, destaca que a expansão do capitalismo sempre esteve acompanhada pela destruição das estruturas sociais não-capitalistas, como a indígena e a camponesa. Segundo a autora, o capital não só elimina as formas tradicionais de organização social, como também realiza uma expropriação violenta dos meios de produção e das forças de trabalho de povos que não se submeteram ao sistema capitalista. No caso dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista, esse processo de destruição e dominação foi particularmente evidente, começando seja pela captura e exploração de sua mão-de-obra, como pela cristianização e/ou extermínio de seus povos e desmantelamento de suas culturas.

Há uma luta entre as forças produtivas, sendo o da economia capitalista, o latifundiário, e o da economia simples de mercado, o campesinato. Esse movimento contraditório do desenvolvimento capitalista existe por manterem uma relação de complementariedade. Segundo Luxemburgo (1970, p. 363), o capitalismo por si só não poderia sobreviver apenas com suas forças internas, já que ciclicamente a reprodução ampliada só é possível a partir da produção camponesa, sendo essa a própria reprodução necessária ao capital. Para expandir, o capital precisa de interações que não estão



integradas necessariamente ao seu sistema, mas na obtenção de recursos, mercados e força de trabalho. Todavia, ao se expandir sobre esses modos de vida não-capitalistas, alicerçado na apropriação e expropriação dos indígenas e camponeses desses territórios, que se recria o capital inicial que será posteriormente ampliado.

Neste sentido, Luxemburgo (1970) ao defender que a acumulação não é apenas uma relação interna, ela critica a postura de Marx que enfatiza mais a reprodução interna, deixando de avaliar que é na apropriação e expansão contínua e violenta sobre outros modos de vida que o capitalismo se (re)produz, gerando um ciclo de conflitos e resistências. Portanto, a acumulação primitiva não se limitou à passagem do feudalismo para o capitalismo industrial durante o período mercantilista, ele se perpetua até os dias atuais. Em especial, em países como o Brasil há mais que um terreno fértil para a acumulação capitalista, há uma estrutura anômala em que

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Este processo que teve sua origem na escravidão vem sendo cada vez mais soldado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX, que esta fusão ampliou-se significativamente. (Oliveira, 2016, P. 131)

Neste sentido, o Brasil contemporâneo, conforme Brandão (2010, s./p.), permanece profundamente marcado por sua herança mercantil agroexportadora, configurando-se como um “complexo mercantil-patrimonial-rentista” que, mesmo após aderir à lógica financeirizada dos anos 1990, reforçou processos de re-espacialização e re-mercantilização orientados pela expansão agrária e pela exploração intensiva dos recursos naturais. Sustentado pelo Estado, o país se consolidou como um “Aparelho Mercantil”, cuja valorização econômica se baseia no expansionismo territorial predatório e na apropriação por expropriação, incluindo políticas neoliberais que privatizam bens públicos e preservam estruturas latifundiárias, isto é, o fenômeno do patrimonialismo¹ e o personalismo políticos, heranças coloniais analisadas por Holanda (1995), que continuaram a moldar as instituições estatais, subordinando o interesse público aos circuitos de acumulação do capital. Desse modo, a “sofisticação” que Brandão (2010, s./p.) aponta está nos meios pelos quais o capital se acumula: enquanto o setor terciário urbano se expande, no campo persistem a superexploração do

¹ Sérgio Buarque de Holanda compreende patrimonialismo, como um modo de gestão pública onde não há uma clara separação entre o que é público e o que é privado. Inspirado na definição de Max Weber, o autor explica que o funcionário "patrimonial" vê a administração do Estado como uma extensão de seus próprios interesses particulares (1995, p. 145 – 146).



trabalho, a marginalização e a destruição ambiental, evidenciando a continuidade histórica do apoio estatal às elites e à manutenção da ordem oligárquica no território brasileiro.

Nesse contexto, o Vale do Paraíba paulista exemplifica de forma emblemática esses processos, pois sua formação socioeconômica, marcada pelo latifúndio, pela monocultura e pela concentração fundiária, ainda que posteriormente no século XX passe por um projeto de industrialização do território, expressa a permanência dessas lógicas patrimonialistas e predatórias no uso e controle do território.

Acumulação capitalista na região: latifúndio *versus* campesinato

Durante três séculos (XVII à XIX), o Vale não só foi apenas entreposto importante na rota do ouro, mas como se destacou por suas terras, abundância em água e clima propício para as lavouras de café, que, através da mão-de-obra escravizada, possibilitou a região se destacar na primeira fase da economia cafeeira no Brasil. É nesse compasso, sobretudo no auge dessa economia, que as terras passaram a serem um recurso valioso, um bem a ser dominado e explorado em toda sua potencialidade e extensão.

Darcy Ribeiro em sua obra “O povo brasileiro” (1995), no capítulo em que se dedica a explicar os “Caipiras” (p. 64 – 393), compreende que as áreas de ocupação dos mamelucos (mestiços de brancos com indígenas) paulistas foram formadas, inicialmente, pelas atividades de captura de indígenas para a venda, seguidas pela mineração de ouro e diamantes e, posteriormente, pelo estabelecimento de grandes fazendas de café e a industrialização. Isto posto, segundo o autor, o único recurso disponível para a economia mineradora decadente foram as vastas quantidades de mão-de-obra desocupada e de terras virgens, que estavam desprovidas de qualquer valor até então. Os mais ricos conseguiram essas terras por concessão, a partir das sesmarias, enquanto os mais pobres as ocuparam como posseiros.

Para além, Ribeiro (1995, p. 393 – 395) explica que as fazendas escravocratas de café surgidas na área montanhosa fluminense, rapidamente se expandiram para o Vale do Paraíba. Essas fazendas adotaram o mesmo sistema açucareiro de produção, isto é, grande extensão territorial para produção de monocultura, especialização e racionalização da produção, além do caráter mercantil de exportação e de altíssimas margens de lucratividade em razão da mão-de-obra escravizada e rigidamente controlada.

Esse sistema demandava altos investimentos e formou grandes fazendas autossuficientes, com centenas ou milhares de pessoas, majoritariamente escravizadas, que produziam quase tudo o que



consumiam. Como destaca Ribeiro (1995, p. 395), essa autarquia produtiva e o excedente de mão de obra fortaleceram a economia cafeeira, que, ao contrário da cana-de-açúcar, consolidou-se como um setor autônomo e capaz de constituir uma oligarquia nacional que passou a instrumentalizar o poder político em favor de seus próprios interesses.

O legado das fazendas cafeeiras no Vale do Paraíba impôs altos custos às gerações posteriores, ao perpetuar estruturas político-econômicas patrimonialistas e coronelistas², baseadas no controle privado do poder público e na coerção dos camponeses pelos grandes latifundiários, e ao intensificar a fragmentação da vegetação nativa e a degradação do solo. Foi, paradoxalmente, nesse contexto que emergiu o sitiante: camponês que, mesmo vulnerável às pressões dos fazendeiros, manteve práticas de resistência e garantiu sua sobrevivência por meio do cultivo familiar da terra.

José de Souza Martins, em *O cativo da terra* (1994), evidencia que a economia do Vale do Paraíba foi estruturada sobre um modelo rentista profundamente dependente da mão-de-obra escravizada. Segundo o autor, o lucro extraordinário dos fazendeiros não vinha de investimentos produtivos, mas da renda já capitalizada no próprio cativo, tornando o mercado de escravizados mais relevante que o mercado de terras (Martins, 2008, p. 45). Assim, diferentemente do Oeste paulista, onde a modernização agrícola ganhava força, o Vale manteve uma lógica baseada no uso intensivo e desumanizado da força de trabalho escravizada, prolongando esse sistema até o esgotamento dos solos e o declínio da cafeicultura regional. Esse modelo, para Martins (1994, p.50), não é mero atraso cultural, mas um cálculo econômico deliberado, cuja crise posterior redesenhou as configurações socioterritoriais e retirou do Vale seu protagonismo histórico.

A passagem do trabalho escravo para o livre não instaurou igualdade, mas uma nova forma de sujeição. Com a abolição e a manutenção do monopólio fundiário via Lei de Terras de 1850, os trabalhadores tiveram acesso restrito à terra e passaram a depender da venda de sua força de trabalho. A elite reforçou essa sujeição ao difundir uma ética do trabalho que ocultava relações de exploração. A liberdade econômica prometida nunca se concretizou, mantendo o trabalhador estruturalmente sujeitado ao capital (Martins, 2008, p. 50 – 60).

A concentração de terras foi institucionalizada pela Lei de Terras de 1850 e reforçada por práticas fraudulentas das elites agrárias que monopolizaram o acesso à terra e consolidaram sua

² Segundo Schwarcz, Starling (2015, p. 318 – 350), O coronelismo consistia em um sistema de poder local ligado à estrutura oligárquica, em que os coronéis, antigos líderes da Guarda Nacional, mantinham influência política nos municípios e negociavam com governadores e o presidente, consolidando relações personalizadas de poder baseadas em grandes propriedades rurais.



posição dominante. Esse modelo fundiário ainda hoje bloqueia iniciativas de redistribuição e democratização do território, dificultando políticas de Reforma Agrária (Oliveira, 2007; Martins, 1994; 2008).

No Vale do Paraíba Paulista, relatos de famílias camponesas ilustram essas dinâmicas. Muitos tiveram suas terras usurpadas por fazendeiros através de “auxílios” ou empréstimos impossíveis de serem pagos. Estes se viam rendidos ao trabalho subordinado ao fazendeiro ou forçados a migrarem para as cidades em busca de trabalho e/ou melhores condições de vida. Essas histórias evidenciam a persistência da exploração e a vulnerabilidade do campesinato local.

Em linhas gerais, essa acumulação capitalista na região não eliminou o campesinato. Pelo contrário, muitos camponeses continuaram enfrentando as pressões capitalistas e recriando seus modos de vida, mesmo sob arrendamentos e parcerias. Essa capacidade de renovar práticas, vínculos e estratégias diante dos conflitos é o que justifica o uso do termo “(re)existência”, pois mais do que resistir, trata-se de reinventar-se continuamente para redesenhar, coletivamente, suas formas de vida no território.

A recriação do campesinato e suas (re)existências no Vale do Paraíba Paulista

A industrialização aprofundou as desigualdades socioespaciais no Vale do Paraíba, especialmente após os anos 1950, quando vultosos investimentos estruturantes e de ordem desenvolvimentista consolidaram o eixo São Paulo – Rio de Janeiro e valorizaram os municípios ao longo da Rodovia Presidente Dutra. Como destacam Carvalho e Silva, municípios como São José dos Campos expandiram-se para além da Dutra, abrindo numerosos loteamentos operários e fragmentando a mancha urbana, em ritmo acelerado pela instalação de indústrias nacionais e multinacionais, padrão replicado em Caçapava, Taubaté e Pindamonhangaba (Carvalho, Silva, 2008, p. 2 – 3).

Segundo Reschilian (2005), o dinamismo industrial permaneceu intenso, sobretudo nos anos 1990, quando os municípios, inseridos na lógica da mundialização econômica³, aderiram às “guerras fiscais”, reforçando o papel da região como polo industrial e ampliando a expansão urbana em cidades como São José dos Campos e Jacareí. O autor também observa que a organização espacial do Vale

³ A mundialização, segundo Oliveira (2016, p. 95-102), compreende a atual fase do capitalismo monopolista, no qual o capital transnacional e os Estados nacionais formam alianças estratégicas e contraditórias para garantir a reprodução do capital em escala planetária. Isso transforma todos os territórios em partes funcionais dessa ordem global, consolidando a dominação capitalista em todos os lugares onde as multinacionais operam. É, portanto, uma lógica sistêmica, global, dialética e assimétrica.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

sempre respondeu aos ciclos econômicos nacionais, articulando-se diretamente à infraestrutura da Dutra.

Desse modo, o Vale do Paraíba foi estruturado por uma racionalidade capitalista que, embora mude de roupagem ao longo do tempo, do capitalismo mercantil tardio ao neoliberalismo contemporâneo, opera sempre em favor da concentração de riqueza. A especulação imobiliária, elemento recorrente nesses dois regimes, funcionou como mecanismo de apropriação territorial, enriquecendo poucos e aprofundando a vulnerabilidade das populações locais.

Politicamente, persiste uma estrutura de poder herdada das antigas oligarquias cafeeiras, que, apesar de renovada por sujeitos que encenam modernização, mantém práticas que atendem a um segmento reduzido de produtores rurais. A ausência de políticas públicas robustas voltadas às necessidades da maioria, sobretudo dos 9.319 estabelecimentos de pequeno e médio porte (até 200 ha) entre os 10.003 existentes (IBGE, 2017), revela uma desconexão deliberada entre gestão territorial e justiça social. Esse descompasso alimenta tensões e insatisfações no campo, pois o desenvolvimento permanece no plano discursivo ou desconexo com as necessidades camponesas, portanto, sem desdobramentos efetivos capazes de alterar as condições reais de vida e produção.

Oliveira (2007) compreende que ao analisar as disputas no campo, o campesinato e o latifúndio, como processos antagônicos, devem ser entendidos como fenômenos dentro do capitalismo e não de fora deste, assim, considera que o campesinato deve ser compreendido como uma classe social produzida pela própria expansão do capitalismo: trata-se de um trabalhador que busca o acesso à terra e que, mesmo quando expulso, tende a retornar a ela, ainda que por meio de processos de migração (p.10). Para o autor, a trajetória histórica do campesinato no capitalismo é marcada justamente por esses movimentos contínuos de expulsão e retorno. Assim, considerando esse caráter de que o camponês é um desenraizado, no Vale, esse campesinato assume formas distintas.

A luta pela terra é constitutiva do campesinato e antecede sua própria organização política, caracterizando-o como uma classe social cuja resistência espaço-temporal o transcende enquanto categoria. Conforme Luxemburgo (1970), na passagem de uma “economia natural” para uma economia rural simples, os camponeses, embora não-capitalistas, integram-se parcialmente ao mercado por meio da troca simples, convertendo o excedente em dinheiro sem que isso implique a lógica da acumulação. Assim, a economia rural camponesa baseia-se no trabalho familiar, voltada ao autoconsumo e à autonomia financeira. Nesse sentido, como afirma Oliveira (2007, p. 40), “a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”, de modo que sua racionalidade não corresponde à acumulação capitalista, mas à satisfação das necessidades



familiares (Oliveira, 2007; Shanin, 1979). Shanin (1979) reforça que a unidade camponesa constitui um núcleo de produção-consumo sustentado pelo trabalho familiar, no qual necessidades básicas, ritmos de vida e práticas produtivas se determinam mutuamente, conformando a base material e identitária do campesinato.

À vista disso, o primeiro campesinato a ser abordado é o tradicional, de perfil mais conservador, cuja reprodução social permanece atravessada por valores religiosos e por redes comunitárias locais. Ainda que não sejam capitalistas, muitos desses camponeses sofrem forte sujeição ao capital, especialmente porque a dinâmica produtiva dominante no Vale do Paraíba é a pecuarista com 7.525 estabelecimentos (Tabela 1), que os mantém dependentes de mercados, intermediários e políticas frágeis de apoio.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica, 2017,			
Grupos de atividade econômica	Município e Mesorregião Geográfica		
	Lagoinha (SP)	Tremembé (SP)	Vale do Paraíba Paulista (SP)
Produção de lavouras temporárias	28	41	812
Horticultura e floricultura	5	20	676
Produção de lavouras permanentes	2	28	432
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-	5
Pecuária e criação de outros animais	206	69	7525
Produção florestal - florestas plantadas	15	2	403
Produção florestal - florestas nativas	-	-	44
Pesca	-	-	3
Aquicultura	1	2	103

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Retomando Deivid (2013, p. 3), se as terras do Vale do Paraíba passaram por sucessivas transformações produtivas, do café às das pastagens extensivas, da expansão do eucalipto e à consolidação urbano-industrial. Desta forma, dado a fragmentação e a degradação histórica do bioma Mata Atlântica, sobretudo do empobrecimento do solo, para os pequenos e médios produtores é muito dispendioso e caro realizar a devida análise e correção para proceder o manejo ideal para o cultivo e/ou restauração. Importante salientar, que muitos produtores são baixa renda e/ou não dispõem de instrução técnica, portanto, nem sempre conseguem avaliar a necessidade ou até mesmo desenvolver um manejo mais adequado que possa contornar as adversidades socioambientais. E, foi neste cenário de possibilidade muito limitadas do ponto de vista prático, que a pecuária leiteira se desenvolveu no território regional. Muito mais que uma atividade econômica, a pecuária se configurou historicamente como tradição dessas famílias camponesas, por isso é tão complexo e difícil apontar as problemáticas



sociais e ambientais dessa atividade, pois há construída regionalmente uma esfera cultural e de saberes intrínsecos a produção de leite e de alimentos dele derivados.

Na Tabela 1 acima observamos que a atividade pecuarista é forte em ambos os municípios, contudo, Lagoinha destaca-se como um dos principais municípios produtores de leite do estado, com 5.800 vacas ordenhadas que geram mais de 11,5 milhões de litros por ano. Este ranking aponta o município como um dos maiores produtores em volume e valor da produção do estado. Esse setor é fundamental para os pequenos produtores, que comercializam derivados, como o tradicional Requeijão de Prato⁴ no mercado local, enquanto a produção em maior escala é destinada às cooperativas regionais, sobretudo a COMEVAP (Taubaté) e a Serramar (Guaratinguetá).

Isto posto, Oliveira (2007) aponta que, inicialmente, as cooperativas fortaleciam o camponês ao garantir compra e venda em escala, contribuindo para sua reprodução social frente ao avanço da proletarização. Contudo, na prática atual, essas instituições passaram a operar como empresas capitalistas, monopolizando o território e subordinando a produção camponesa. Ao impor seus próprios ditames, as cooperativas apropriam-se da renda da terra produzida pelas famílias, convertendo-a em capital sem serem proprietárias da terra, o que evidencia um processo de sujeição da renda camponesa aos circuitos capitalistas.

Ademais, Segundo Oliveira (2007), o capital monopolista evita produzir diretamente no campo e, em vez disso, subordina os camponeses e os segmentos mais frágeis dos produtores rurais. Esse processo acaba estimulando a formação de um “camponês ultraespecializado”: altamente produtivo, porém permanentemente endividado, pressionado pelo Estado e integrado aos monopólios industriais, que muitas vezes controlam etapas finais da produção, como a colheita ou, no caso da pecuária leiteira, a entrega do produto. Trata-se de um campesinato distinto daquele do período concorrencial do capitalismo, marcado por maior intensidade de trabalho e crescente dependência. A complexidade de se apontar essas problemáticas se deriva do fato de que, mesmo com a constante e cada vez mais crescente revolta com os preços e as rígidas regras que tornaram o trabalho mais árduo, caro e tecnificado, os próprios camponeses embalados pelo discurso do agronegócio e da atual “agricultura familiar” são ludibriados pelo ideal do “empresário rural” e passam a desacreditar em possibilidades alternativas de produção e de renda, como adoção da agroecologia e até mesmo do desenvolvimento do ecoturismo.

⁴ Registrado em 2022 como Patrimônio Imaterial do município de Lagoinha.



O principal entrave desse campesinato tradicional é a frágil capacidade de mobilização política e social, o que aprofunda a precarização e a sujeição ao capital. A Tabela 1 reflete isso ao mostrar a baixa expressão do hortifruti nos municípios. Em Lagoinha, essa realidade persiste, embora muitas propriedades tenham hortas, elas servem sobretudo ao autoconsumo, e o excedente é apenas trocado ou vendido localmente. A Feira do Produtor Rural, mesmo ativa aos sábados, enfrenta falta de apoio público e limitações para fortalecer a produção e a soberania alimentar. Entre os produtores, prevalece o descontentamento com a desvalorização da atividade leiteira, que garante apenas a própria reprodução, obrigando-os a buscar fontes alternativas de renda. Nesse contexto, queixas sobre precarização e vulnerabilidades sociais são recorrentes.

Apesar desses camponeses terem acesso a créditos como o PRONAF⁵, participar de sindicatos e não enfrentar marginalização social no município, esse campesinato carece de apoio técnico, estrutura e acompanhamento público. Sem reconhecer-se como sujeito político capaz de enfrentar o modelo hegemônico, esses camponeses tampouco conseguem emplacar suas demandas na agenda municipal ou regional, acabam restritos às ações municipais escassas e mal formuladas, insuficientes para suas necessidades.

Em face às relações dissimétricas de poder e as irregularidades fundiárias, a consolidação de novos processos permitiu emergir sujeitos para além desse campesinato tradicional, a chegada dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não só causou uma grande estranheza em uma região de histórica concentração fundiária, bem como transformou as relações no campo vale-paraibano na década de 1990 à atualidade. A luta pela terra em uma localidade tão estratégica frente ao desenvolvimento econômico do País, se tornou um marco de ressurreição de vozes tragicamente ignoradas e marginalizadas, pois confrontou a lógica disseminada de território como bem a ser apropriado e explorado para uma que o configura como “terra de trabalho e vida”.

A análise dos dados da Tabela 2 é fundamental para compreender a disputa entre forças capitalistas e camponesas, ao revelar a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor no Vale do Paraíba Paulista, especialmente em Lagoinha e Tremembé. A comparação entre os Censos Agropecuários de 1995, período marcado pelos acampamentos na Rodovia Presidente Dutra e pela vitória do Assentamento Conquista em 1994, na antiga fazenda Horto Tremembé, e 2017 permite observar transformações importantes na estrutura fundiária e nas formas de acesso à terra. Esses dados evidenciam processos de concentração fundiária, alterações nos regimes de posse e os

⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



efeitos de políticas públicas, como a Reforma Agrária e a regularização fundiária, sobre a dinâmica agrária regional.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras, 1995 e 2017.

Condição do produtor em relação às terras	Mesorregião Geográfica e Município					
	Vale do Paraíba Paulista (SP)		Lagoinha (SP)		Tremembé (SP)	
Ano	1995	2017	1995	2017	1995	2017
Total	9639	10003	553	257	186	257
Proprietário	8272	7975	528	222	91	60
Arrendatário	853	1256	21	25	14	22
Parceiro	77	96	2	-	2	1
Ocupante	437	131	2	-	79	10
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	-	115	-	-	-	65
Comodatário(a)	-	388	-	10	-	4
Produtor sem área	-	42	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1995 e 2017.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o número total de estabelecimentos no Vale do Paraíba Paulista apresentou apenas um crescimento residual entre 1995 e 2017 (de 9.639 para 10.003, cerca de 3%), revelando uma estabilidade estrutural que expressa não dinamismo, mas as pressões combinadas da urbanização e da expansão industrial sobre o campo.

No município de Lagoinha, entretanto, observa-se um quadro oposto: uma queda abrupta de 553 para 257 estabelecimentos no período, indicando um forte processo de (re)concentração fundiária e a continuidade da expropriação camponesa. Para além, a própria base do IBGE não registrou adequadamente a presença das famílias acampadas na Fazenda Bela Vista (último latifúndio existente no município em 2017) invisibilizando a luta pela terra e produzindo um vácuo analítico sobre a realidade local nesse período.

Em Tremembé, a redução é menor (de 186 para 162 estabelecimentos), mas o movimento interno das categorias revela uma dinâmica territorial particular: a queda drástica dos “ocupantes” e o aumento das famílias classificadas como “concessionários” (assentados em processo de titulação). Esse deslocamento reflete a consolidação de assentamentos resultantes da luta pela Reforma Agrária. A diminuição do número de proprietários, embora contrária ao esperado, pode estar vinculada ao aumento de estabelecimentos em arrendamento e comodato, formas que expressam tanto estratégias



de reprodução dos grandes proprietários, quanto alternativas encontradas por agricultores com menor acesso à terra.

A categoria “ocupantes” merece destaque: trata-se do segmento mais vulnerável, sem qualquer reconhecimento formal e historicamente submetido à violência institucional e privada. A queda expressiva desse grupo no Vale (de 437 para 131) não sugere solução espontânea do conflito, mas seu deslocamento para outras formas de acesso à terra, sobretudo assentamentos conquistados pela luta social.

As políticas de Reforma Agrária na região resultam justamente dessa trajetória de enfrentamento: dos acampamentos Conquista (anos 1990), Nova Esperança e Olga Benário (anos 2000), Manoel Neto, Macuco e Egídio Brunetto (anos 2010) até o Irmã Alberta (Cachoeira Paulista). Esses processos totalizam cerca de 5.240 hectares, beneficiando aproximadamente 380 famílias. Não se trata de conquistas isoladas, mas da materialização de um projeto coletivo que confronta a histórica e violenta concentração fundiária que estruturou o Vale do Paraíba Paulista.

Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias	Data de Criação
PA Conquista	Tremembé	1.290,0235	92	24/04/1995
PA Nova Esperança I	São José dos Campos	446,7	60	05/11/2001
PDS Olga Benário	Tremembé	692,12	51	19/12/2005
PDS Manoel Neto	Taubaté	378,91	43	29/11/2005
PA Macuco	Taubaté	693,09	23	08/11/2013
PA Egídio Brunetto	Lagoinha	1650	55	23/08/2014
PA Irmã Alberta	Cachoeira Paulista	777,3	58	23/09/2019

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2025

As políticas de Reforma Agrária chegaram a Lagoinha em dois momentos distintos. O primeiro ocorreu em 26 de dezembro de 2006, quando o Governo Federal declarou de interesse social o imóvel “Fazenda Macuco e Sítios Reunidos Nossa Senhora de Fátima”, com cerca de 665 ha distribuídos entre Lagoinha, Taubaté e Pindamonhangaba, autorizando sua desapropriação e assentamento pelo INCRA. O segundo momento deu-se por volta de 2010, quando famílias do MST ocuparam a Fazenda Bela Vista, de 1.650 ha, considerada improdutiva. Poucos meses depois, em 28 de dezembro de 2012, o INCRA também declarou essa área de interesse social, embora a imissão de posse só tenha sido concedida em 2014, seguida, porém, de uma reintegração judicial sob alegação de ausência de licença ambiental. Após anos de disputa jurídica, em 2024, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, as 55 famílias finalmente receberam os Contratos de



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Concessão de Uso (CCU) e, pela primeira vez, tiveram acesso a 54 créditos de Instalação Apoio Inicial, no valor de R\$ 8 mil, destinados ao início das atividades produtivas⁶.

Assim, fundado como Assentamento Agroecológico Egídio Brunetto, este território lagoenhense expressa de forma exemplar como os camponeses assentados estão revolucionando o campo ao propor outras possibilidades de produção e coexistência com a natureza. Ao construir a Escola Popular de Agroecologia Ana Primavesi, esses sujeitos reafirmam que a formação política e técnica é parte indissociável de sua luta, produzindo conhecimento a partir do próprio território e devolvendo-o junto à comunidade como instrumento de emancipação. Além disso, ao restaurarem áreas degradadas e recuperarem a capacidade produtiva do solo, os camponeses assumem uma postura política que vai muito além da permanência na terra, tratam a agroecologia como um projeto de promoção da vida em sua totalidade: humana, ambiental e coletiva. Nessa perspectiva, suas práticas revelam que a transformação do campo não se dá apenas pela produção de alimentos saudáveis, mas pela construção cotidiana de um modo de existir que confronta o agronegócio, fortalece vínculos comunitários e reafirma a terra como espaço de diversidade, cuidado e futuro.

Desse modo, como já identificado, o campesinato assentado está ligado à luta pela Reforma Agrária e à busca por justiça social no campo. Esse campesinato é formado por camponeses desenraizados que, ao se organizarem coletivamente, buscam transformar as condições de exploração e desigualdade impostas pelo sistema agrário dominante em terra de trabalho e fonte de vida. Desta forma, através da mobilização e da resistência, o campesinato assentado se posiciona contra a concentração de terra nas mãos de poucos, reivindicando a redistribuição de terras, o direito à posse e uso da terra para a produção de alimentos e autossustento, além de políticas públicas voltadas para garantir sua permanência na terra.

Nesse contexto, esse campesinato não se limita à simples demanda por terra, mas busca uma transformação estrutural, onde a terra não é apenas um meio de produção, mas também um território de construção de uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática. Importante mencionar que entre os brados, em uníssono e amplamente é defendido que se houver um produtor, agricultor sem terra para plantio no Brasil, todos permanecem sem-terra. Desse modo, o movimento não cessa ao adentrar as porteiras do antigo latifúndio e restabelecer novas relações socioambientais

⁶ Disponível: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/04/ministro-paulo-teixeira-inaugura-assentamento-egidio-brunetto-i-em-lagoinha-no-vale-do-paraiba-em-sao-paulo> . Acesso: 08/04/2025.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

nesse território. Como um coletivo, a identidade se estende até aos que ainda resistem, lutam e sangram para que a Reforma Agrária popular seja concretizada.

No Vale do Paraíba Paulista, esses assentados não só inverteram a ordem das coisas e suas hierarquias socialmente constituídas, bem como escancaram os abismos sociais e estruturais entre os indivíduos no campo. Esse campesinato ainda bagunçou os padrões sociais, pois ao sofrerem com o estigma, preconceito e a marginalização, ainda sim não deram sequer um passo para atrás, portanto, ao ocuparem devidamente os territórios públicos e privados, a contragosto (re)ensinaram e ainda ensinam a sociedade vale-paraibana em geral valores como empatia, solidariedade e respeito ao próximo.

O campesinato tradicional frequentemente se choca com o assentado, influenciado por uma visão preconceituosa que os vê como “oportunistas”, dificultando o diálogo e a mobilização conjunta para pressionar o poder público por políticas públicas voltadas ao campo que sejam adequadas. No entanto, ambos compartilham valores e desafios semelhantes, como a valorização do trabalho familiar, a busca por melhores condições de produção e comercialização, e o enfrentamento das adversidades socioeconômicas e climáticas.

Uma das semelhanças entre esses campesinatos e que os distanciam do agronegócio é que a realidade tanto das comunidades religiosas rurais quanto nos assentamentos é marcada por uma forte necessidade de cooperação. A (re)existência dessas comunidades revela uma resistência diante de um Estado que não garante igualdade social nem responde às demandas do campo. Nesse vazio, a solidariedade camponesa assume papel estruturante: no Vale do Paraíba Paulista, mesmo com limitações, as famílias se articulam para apoiar seus membros mais vulneráveis, especialmente frente a desafios compartilhados, como falta de crédito, insumos, força de trabalho e o preconceito institucional. Esse apoio mútuo entre esses grupos de camponeses não deve ser idealizado, nem sempre é simples ou harmônico, mas constitui uma estratégia coletiva fundamental para sustentar a vida e fortalecer a organização produtiva, sobretudo de grupos mais expostos, como idosos, mulheres e mães-solo que conduzem seus lotes de forma autônoma.

A solidariedade camponesa articula dimensões sociais, culturais e políticas, tanto nas comunidades rurais quanto nos assentamentos. Essas famílias assumem funções que o Estado frequentemente abandona: garantem apoio a quem vive insegurança alimentar, organizam mutirões e produções coletivas, mantêm estradas, preservam práticas culturais e promovem festas e refeições comunitárias que reforçam a partilha e a reprodução dos saberes camponeses. Trata-se de um conjunto de ações que sustenta a vida coletiva e expressa a força da cooperação no território.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Por fim, uma dinâmica recente no Vale do Paraíba Paulista é a presença de grupos urbanos que migram ou retornam ao campo buscando qualidade de vida e práticas produtivas mais sustentáveis. Trata-se, em geral, de famílias com maior estabilidade financeira e capital técnico, capazes de investir em sítios, implementar projetos agroecológicos, de restauração ambiental ou de ecoturismo. Embora não atuem como capitalistas, pois o objetivo central nem sempre é acumular capital, mas sim (re)produzir a vida, esses sujeitos integram iniciativas alinhadas a usos não predatórios do território e frequentemente reforçam perspectivas contra-hegemônicas ao modelo produtivo capitalista. Contudo, não há consenso acadêmico sobre caracterizá-los como “novo campesinato”. A noção de campesinato é complexa e varia conforme cada contexto, portanto, a aplicação do termo a esses grupos exige cautela analítica e avaliação caso a caso. O que se pode inferir, portanto, é que esse movimento de “fuga” das grandes metrópoles e centros urbanos vem se consolidando na região, tornando-se fundamental compreender como esses novos sujeitos se inserem nas dinâmicas territoriais, quais práticas introduzem e de que modo tensionam, transformam ou, por vezes, reforçam as estruturas sociais e produtivas já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, do período colonial à atualidade, o Vale do Paraíba Paulista tem sido atravessado por um complexo jogo de poderes sobre o território. Da concessão de sesmarias e do genocídio indígena às grandes fazendas cafeeiras erguidas sobre a escravização de pessoas negras, a região foi moldada por ciclos de violência, exclusão e concentração fundiária. Ainda assim, persiste uma resiliência camponesa que, ao longo do tempo, confrontou essas estruturas e ajudou a definir a dinâmica dos pequenos municípios.

A industrialização e urbanização aprofundaram as desigualdades existentes e, no campo, observou-se que a especulação imobiliária e o assédio aos camponeses a venderem suas terras são novas formas expropriação. Atualmente, os conflitos se acirram por diferentes vias: a monopolização capitalista das cooperativas de leite, que sujeita o trabalho camponês a preços e condições precárias; a expansão da silvicultura intensiva, avançando sobre a Serra do Quebra-Cangalha⁷ e as margens dos rios Paraitinga e Paraíba do Sul; e a entrada de novos empreendimentos ditos “sustentáveis”, como o

⁷ Esta serra está situada entre a Serra da Mantiqueira e Serra do Mar, envolvendo municípios como Lagoinha, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Pindamonhangaba, Roseira, Aparecida e Guaratinguetá.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

espaço de cultura *psytrance* em Lagoinha, que altera profundamente a dinâmica socioambiental e afetiva das comunidades camponesas e a identidade caipira.

O Vale segue, portanto, como território em disputa, onde lógicas capitalistas e resistências camponesas se chocam. Embora a dominação assuma novas roupagens, continua ancorada em estruturas históricas de poder que controlam a terra e seus recursos. Em contradição, o campesinato, mesmo submetido a interesses corporativos, às investidas e/ou assédios para a compra de sua terra e à especulação, permanece se reproduzindo e desestabilizando a lógica dominante. Daí o sentido da (re)existência camponesa ultrapassar a noção de mera resistência ou sobrevivência diante das pressões capitalistas. O que este trabalho evidencia é que, ao permanecerem no campo, os camponeses não apenas enfrentam desigualdades históricas: eles produzem vida, reinventam práticas e instituem formas próprias de organização social e produtiva. Seus modos de trabalho, ancorados na solidariedade, na reciprocidade, na gestão familiar e coletiva, nos mutirões e em arranjos territoriais próprios, configuram alternativas concretas ao modelo hegemônico que busca subordinar a terra, sujeitar o trabalho e o alimento à lógica da mercantilização. Assim, mais do que resistir, esses sujeitos transpõem desafios cotidianos com criatividade política, dignidade e capacidade de reconstrução, reafirmando que o campo não é um espaço condenado ao esvaziamento, mas um território vivo, que floresce em diversidade.

Nesse movimento, os camponeses assentados, por exemplo, têm assumido práticas que dialogam profundamente com a agroecologia, não como mero conjunto técnico, mas como um projeto de sociedade que confronta o agronegócio, desnaturaliza a concentração fundiária e (re)afirma a terra como bem comum. As experiências camponesas analisadas mostram que a agroecologia emerge justamente dessas reexistências, ela se nutre dos saberes locais, fortalece vínculos comunitários e reabre possibilidades de futuro para territórios historicamente marginalizados.

Concluir este trabalho é, portanto, reconhecer que onde o capital tenta impor limites, os camponeses constroem caminhos. Suas (re)existências não apenas denunciam as contradições do campo brasileiro, mas anunciam alternativas que insistem em colocar a totalidade vida no centro do debate sobre desenvolvimento.

Palavras-chave: Território, acumulação capitalista, campesinato e (re)existência.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo.** In: ALMEIDA, A. W. B.; ACSERALD, H. et al. (Org.). *Capitalismo globalizado e*



recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. Disponível em: <http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2020/07/Brandao-AcumlPrimPermFinal.2010.pdf>. Acesso em: 24/07/2023

CARVALHO, L. do C. G. de; SILVA, M. G. Crescimento urbano e mercado imobiliário em São José dos Campos entre 1950 e 1970. In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica; VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 8., 2008, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

DEVIDE, A. C. P. **História ambiental do Vale do Paraíba**. Revisão de literatura para qualificação ao nível de Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Fitotecnia, Área de Concentração Agroecologia. Orientador: Prof. Dr. Marcos Gervásio Pereira. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 13 maio 2013.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 14 dez. 2024.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESCHILIAN, P. R. O Vale do Paraíba no contexto da urbanização brasileira e a questão do planejamento regional. **Revista ciências humanas**, Taubaté, v. 11, n. 1, p. 25-32, jan./jun., 2005.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, L. M., STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das. Letras, 2015.

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. slp: Anagrama, sdp. 82p.